

Comissão de Infraestruturas,
Mobilidade e Habitação
Registo_ECOM14XVII/2025/32
Data_21/11/2025

Exmo. Sr. Presidente da Comissão Parlamentar
das Infraestruturas, Mobilidade e Habitação
Deputado Miguel Santos

Assunto: Requerimento de Audição com Ex.ma Sra. Secretária de Estado da Mobilidade, Dra. Cristina Pinto Dias; Ex.ma. Sra. Presidente do Conselho de Administração da AMT Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) Eng.ª Ana Paula Vitorino; Ex.mo Sr. Presidente do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) Dr. João Jesus Caetano; Ex.mo Sr. Presidente de Administração Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR) Professor Doutor Pedro José Lopes Clemente; Ex.ma. Sra. Presidente da GARE, Associação para a Promoção de uma Cultura de Segurança Rodoviária Sra. Filomena de Oliveira Araújo; Ex.mo Sr. Presidente da Prevenção Rodoviária Portuguesa (PRP) Sr. Alain Areal.

O Grupo Parlamentar do CHEGA, atento à crescente preocupação pública e social relacionada com os elevados números de sinistralidade rodoviária em Portugal, vem por este meio, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitar uma audiência com V. Exas., para debater as seguintes matérias:

1. Contexto da Sinistralidade Rodoviária

Segundo dados públicos, entre 1 de janeiro e 13 de novembro deste ano já se registaram mais de 125 000 acidentes rodoviários, com 379 mortos, 2 451 feridos graves e 39 316 feridos ligeiros.¹

¹ <https://www.cmjornal.pt/portugal/detalhe/mais-de-125-mil-acidentes-e-379-mortos-este-ano-nas-estradas-portuguesas>

Apesar de o número de vítimas mortais ser inferior ao registado em 2024, o aumento do total de acidentes e feridos é motivo de grande inquietação social.²

Este agravamento da sinistralidade revela potenciais lacunas quer nas políticas de prevenção, quer na eficácia da coordenação institucional entre os agentes responsáveis pela mobilidade e segurança rodoviária.

2. Questões e Objetivos da Audição

Na audiência solicitada, o Grupo Parlamentar do CHEGA pretende:

Obter um ponto de situação oficial sobre as causas subjacentes ao aumento dos acidentes e feridos, segundo as entidades responsáveis (Governo, AMT, ANSR);

Avaliar a adequação das políticas atuais de segurança rodoviária, nomeadamente no que respeita a campanhas preventivas, formação de condutores, fiscalização e robustez dos instrumentos legais;

Analisar a coordenação institucional entre Governo, AMT, IMT, ANSR, GARE e PRP e determinar se existe margem para reforçar a cooperação entre estas entidades para prevenir sinistros;

Explorar medidas legislativas ou regulamentares que possam ser propostas ou reforçadas pelo Parlamento, a fim de reduzir de forma sustentável a sinistralidade, especialmente nas áreas mais vulneráveis;

Dar voz à sociedade civil, através das associações GARE e PRP, para que partilhem as suas avaliações, propostas e prioridades em matéria de cultura de segurança rodoviária;
Encarar a prevenção como prioridade estratégica, avaliando a viabilidade de novos instrumentos, por exemplo, programas escolares, incentivos à condução defensiva,

² <https://www.noticiasagora.pt/cobertura/379-mortos-e-2451-feridos-graves-este-ano-ja-houve-125621-acidentes-nas-estradas-portuguesas/>

monitorização de zonas de risco, maior uso de tecnologia para reduzir acidentes, entre outros.

3. Justificação do Interesse Público

A sinistralidade rodoviária representa um grave custo social, económico e humano para o país, afetando famílias, transportes, saúde pública e sistemas de emergência. Uma resposta política séria e concertada é essencial para reverter as tendências negativas e proteger os cidadãos.

A participação das entidades reguladoras (AMT, ANSR) e das organizações da sociedade civil (GARE, PRP) é fundamental para garantir que as medidas propostas sejam eficazes, sustentáveis e apoiadas por especialistas e pela comunidade.

Pelo exposto, e dado o elevado impacto social desta problemática, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CHEGA solicita que a presente audiência seja agendada, em data e hora a definir por V. Exas.

Palácio de São Bento, 21 de novembro de 2025

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,